



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

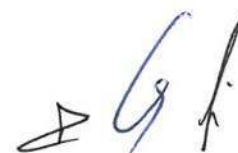
RELATÓRIO E CONTAS 2017



Faro, 28 de março de 2018

ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	3
1.3 Respostas Sociais Atuais	5
1.3.1. Educação	5
1.3.2. Saúde	6
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.5 Actividades Culturais	7
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	8
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	9
1.9.1. Resultados	9
1.9.2. Rendimentos	10
1.9.3. Gastos	12
1.9.4. Indicadores	12
1.10 Fornecedores	13
1.11 Agradecimentos	13
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2017	16
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2017	17
3. PROPOSTA	18
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	19
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	20
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	23



1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem o Conselho de Administração, após proposta da Comissão Executiva, submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2017, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

1.2 Síntese


Pautámos a nossa actividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de resultados, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

As alterações dos órgãos sociais provocaram alterações profundas na governação da FADS. Foi constituída uma comissão executiva, responsável por toda a gestão, que efetuou um conjunto de alterações e atualizações no organograma, funcionamento dos serviços administrativos e atualização de diversos procedimentos de gestão.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva.

Foram dados os primeiros passos para a constituição do conselho pedagógico da FADS. A Administração considera muito importante o papel deste órgão no futuro da Instituição.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, elevado grau de concretização. Em 2017, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.



Ao longo dos últimos exercícios a evolução das receitas não tem acompanhado a evolução das despesas. Esta situação provoca elevadas dificuldades na gestão da instituição e deriva de um conjunto de situações, tais como:

- Inexistência de aumento da comparticipação do estado para exploração das respostas sociais na área da educação e da saúde (ou aumento inferior à taxa de inflação);
- Inexistência de crescimento das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;
- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho;
- Aumento dos custos de funcionamento;

Durante o ano de 2017 foi realizado um enorme esforço para a negociação de todo o passivo bancário, de forma a libertar a tesouraria da FADS no curto prazo. Apesar do sucesso das negociações, não se conseguiu renegociar toda a dívida.

Durante o ano de 2017, tal como em anos anteriores, beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

O processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está concluído com sucesso. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Durante o ano de 2017, foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.



Efetuámos um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

O software de gestão da UCCI, elaborado à medida, entrou em funcionamento durante o ano de 2017. Foi dado um passo muito importante para a eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

1.3 Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

No ano de 2017 efetuámos a gestão de 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 477 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Capacidade real	Cap. Ocupada 2017/2018	Desvios ocupação
Creche Faro	68	68	0
Jl Faro	75	75	0
ATL	80	80	0
Creche Olhão	40	40	0
Jl Olhão	75	69	-6
Creche Montenegro	84	84	0
Jl Montenegro	75	61	-14
Total	497	477	-20

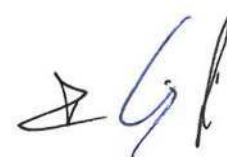
Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2017 - Educação

No ano letivo de 2017/2018, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção do Jardim de Infância do Montenegro, que melhorou a sua capacidade ocupada, e do Jardim de Infância de Olhão, com vagas residuais.

Na tabela seguinte analisa-se a evolução das comparticipações familiares, por resposta social, desde 2010 até 2017.

De uma forma geral, verifica-se um aumento das comparticipações familiares desde 2015. No último ano assistiu-se a uma diminuição das comparticipações familiares do ATL e da creche Olhão, enquanto as restantes respostas sociais registaram aumentos superiores a 0.5%.

Porém, se retirarmos os valores do Jl do Montenegro e compararmos os valores atuais, face a 2010, verifica-se que as comparticipações familiares, em termos globais, apresentam valores inferiores a essa data. Esta diminuição é explicada pela diminuição dos rendimentos médios dos nossos utentes.



	Creche Faro	Jl Faro	ATL	Creche Olhão	Jl Olhão	Creche Mont.	Jl Mont.	Total Educação
Valor 2017	119 734,77	126 031,12	59 273,39	73 502,33	132 924,04	161 945,62	117 093,53	790 504,80
Valor 2016	117 823,54	121 712,14	59 797,25	73 714,85	132 186,67	160 915,68	105 053,76	771 203,89
Varição Y/Y	1,62%	3,55%	-0,88%	-0,29%	0,56%	0,64%	11,46%	2,50%
Varição 2017/2010	-5,42%	-3,68%	-57,50%	7,30%	8,59%	74,85%		16,17%
Valor 2016	117 823,54	121 712,14	59 797,25	73 714,85	132 186,67	160 915,68	105 053,76	771 203,89
Valor 2015	108 324,26	113 748,56	71 295,77	69 686,06	133 857,92	143 633,44	49 064,17	689 610,18
Varição Y/Y	8,77%	7,00%	-16,13%	5,78%	-1,25%	12,03%	114,12%	11,83%
Valor 2015	108 324,26	113 748,56	71 295,77	69 686,06	133 857,92	143 633,44	49 064,17	689 610,18
Valor 2014	99 937,58	112 632,88	94 498,62	72 322,34	134 690,68	134 644,67	0,00	648 726,77
Varição Y/Y	8,39%	0,99%	-24,55%	-3,65%	-0,62%	6,68%	n.a.	6,30%
Valor 2014	99 937,58	112 632,88	94 498,62	72 322,34	134 690,68	134 644,67	0,00	648 726,77
Valor 2013	103 984,16	125 993,67	108 070,54	72 209,08	132 937,75	141 216,70	0,00	684 411,90
Varição Y/Y	-3,89%	-10,60%	-12,56%	0,16%	1,32%	-4,65%	n.a.	-5,21%
Valor 2013	103 984,16	125 993,67	108 070,54	72 209,08	132 937,75	141 216,70	0,00	684 411,90
Valor 2012	105 090,27	129 583,67	125 958,15	71 109,57	126 594,49	139 402,64	0,00	697 738,79
Varição Y/Y	-1,05%	-2,77%	-14,20%	1,55%	5,01%	1,30%	n.a.	-1,91%
Valor 2012	105 090,27	129 583,67	125 958,15	71 109,57	126 594,49	139 402,64	0,00	697 738,79
Valor 2011	116 128,11	131 212,08	135 511,52	66 391,41	122 912,28	113 714,42	0,00	685 869,82
Varição Y/Y	-9,50%	-1,24%	-7,05%	7,11%	3,00%	22,59%	n.a.	1,73%
Valor 2011	116 128,11	131 212,08	135 511,52	66 391,41	122 912,28	113 714,42	0,00	685 869,82
Valor 2010	126 600,22	130 848,04	139 472,93	68 500,77	122 407,34	92 619,96	0,00	680 449,26
Varição Y/Y	-8,27%	0,28%	-2,84%	-3,08%	0,41%	22,78%	n.a.	0,80%

Tabela n.º 2 – Evolução das comparticipações familiares desde 2010

A diminuição significativa do ATL é justificada pela mudança de funcionamento ocorrida no fim de 2014, passando do modelo de ATL clássico, sem almoço, para o modelo de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço. Mudança imposta por questões de oferta da rede pública do 1.º ciclo. Implicou diminuição da capacidade ocupada de dois turnos para um turno.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.

1.3.2. Saúde

No ano de 2017 efetuámos a gestão da UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes. Desde o início da exploração que a taxa de ocupação mensal tem sido sempre superior ao limiar mínimo de 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%, conforme refere a Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro.



Em 2016 verificou-se uma ocupação média mensal de 98,2% e, em 2017, observa-se uma ocupação média de 97,8%, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



Gráfico n.º 1 – Taxa de Ocupação UCCI Estoi

A Portaria n.º 353/2017, de 16 de novembro, procedeu à atualização dos preços em 0,6 %, conforme acordado em sede de Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, Protocolo para o biénio 2017 -2018, constituindo a primeira atualização de preços desde 2011.

1.4. Respostas Sociais Futuras

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Durante o ano de 2017 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos:

Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aprovado pela DGERT
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na segurança social
Prestação de serviços de transporte de doentes	Aguarda aprovação

Tabela n.º 3 – Ponto de situação dos projetos futuros

1.5 Actividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.



Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2017 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;

1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação do ATL;
- Reabilitação da UCCI Milreu.

1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2017 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.



1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente autocontrolo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2017, a FADS tinha os seguintes colaboradores:

Área	Dependentes	Independentes	Total	%
Educação	94	3	97	66%
Saúde	20	31	51	34%
Total	114	34	148	100%

Tabela n.º 4 – N.º de colaboradores a 31/12/2017

Relativamente às medidas de apoio à contratação foram protocolados 7 contratos estágio emprego durante o ano de 2017.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

1.9 Análise Económica

1.9.1. Resultados

A continuidade da política de controlo de gastos permitiu que a FADS apurasse neste exercício um resultado líquido positivo de 92.455,94 euros. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 423.365,12 euros. Ambos diminuíram face ao período anterior. No gráfico seguinte observa-se a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios



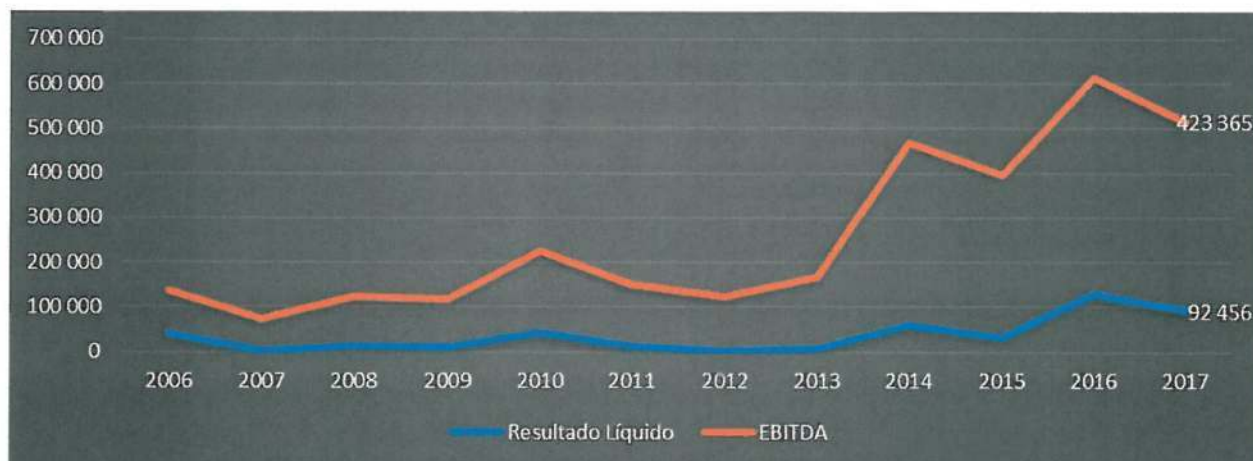


Gráfico n.º 2- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 2.792.337,72 euros, registando uma diminuição global de 0,8%, explicada pela diminuição das comparticipações do estado.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 1.011.316,14 euros, registando um acréscimo global de 0,8%. Constata-se que a área da educação apresentou um aumento de 2,5% e a área da saúde uma diminuição de 4,9%, resultado da maior % de comparticipação do estado face à comparticipação do utente.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição
Educação	680 449,26	685 869,82	697 738,79	684 590,90	648 726,77	689 610,18	771 203,89	790 504,80	2,5%
Saúde				41 180,01	233 146,09	265 732,55	232 147,74	220 811,34	-4,9%
Total	680 449,26	685 869,82	697 738,79	725 770,91	881 872,86	955 342,73	1 003 351,63	1 011 316,14	0,8%

Tabela n.º 5 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira	Educação: Creche, Jardim de Infância e ATL
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

Tabela n.º 6 - Subsídios, doações e legados à exploração

Seguidamente apresenta-se a evolução da tabela de preços da RNCCI, desde 2010 até 2017.

Tabela de Preços RNCCI	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (até nov)	2017 (após dez)
Encargos cuidados de saúde	18,39	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,61	18,72
Encargos medicamentos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,06
Encargos cuidados apoio social	29,98	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,34	30,52
Encargos utilização de Fraldas	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,24	1,25
Diário a receber por utente	59,61	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,19	60,55
Varição Y/Y		1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Varição Y/2010		1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,6%

Tabela n.º 7 – Evolução da tabela de preços da RNCCI


A Portaria n.º 353/2017, de 16 de novembro, procedeu à atualização dos preços em 0,6 %, conforme acordado em sede de Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, Protocolo para o biénio 2017 -2018, constituindo a primeira atualização de preços desde 2011.

Conforme se pode observar, desde 2010 até 2017, as comparticipações por utente, tiveram um aumento de 1,6%. Estas atualizações são completamente insuficientes para fazer face ao aumento dos gastos de funcionamento da instituição.

Os subsídios ascenderam a 1.715.191,04 euros, registando uma diminuição global de 1.9%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou uma diminuição de 1,1%, fruto da alteração do contrato de comparticipação do ATL. Por outro lado, a área de saúde aumentou 1,6%, em resultado da maior % de comparticipação do estado face ao utente. O valor global, utentes mais estado, manteve-se estável. Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição
Educação	771 315,84	910 416,80	900 099,48	905 482,08	901 416,94	897 986,97	891 777,28	882 071,25	-1,1%
Saúde				128 624,45	672 377,83	723 149,62	798 036,55	810 464,14	1,6%
Apoio Contratação	20 850,09	20 408,64	15 985,46	49 785,57	115 198,36	80 940,22	49 439,72	17 655,65	-64,3%
POPH	5 403,72	15 618,01	20 738,06	5 022,77	8 130,66	10 028,95	0,00	0,00	0,0%
Outros	23 166,00				419,45	5 000,00	10 000,00	5 000,00	-50,0%
Total	820 735,65	946 443,45	936 823,00	1 088 914,87	1 697 543,24	1 717 105,76	1 749 253,55	1 715 191,04	-1,9%

Tabela n.º 8 - Evolução dos subsídios por área de atividade



1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 2.699.881,78 euros, o que representa um aumento de 0.6% face a 2016, explicado pelo aumento dos gastos com o pessoal, fruto das atualizações salariais, e dos fornecimentos e serviços externos, especialmente os honorários com o pessoal independente da UCCI Milreu.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Géneros Alimentares	127 903,10	129 056,42	153 490,00	127 880,59	230 531,66	210 147,77	184 744,74	198 421,09
FSE	213 939,46	218 407,99	213 215,56	291 525,46	508 041,16	574 082,36	637 867,64	625 424,85
Gastos com o Pessoal	1 100 762,18	1 160 211,03	1 209 317,97	1 275 362,58	1 474 969,23	1 574 958,35	1 496 149,96	1 535 209,92
Depreciações	88 021,56	88 854,18	88 863,57	104 223,06	173 752,46	186 527,82	194 007,78	177 703,00
Outros gastos e perdas	4 328,61	41 268,14	7 856,66	11 482,33	18 009,13	6 682,76	8 686,31	9 866,03
Juros Suportados	48 730,22	37 489,00	33 729,91	53 155,74	175 955,99	149 545,91	162 675,44	153 256,89
Total	1 583 685,13	1 675 286,76	1 706 473,67	1 863 629,76	2 581 259,63	2 701 944,97	2 684 131,87	2 699 881,78

Tabela n.º 9- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 57% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 23%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2017.

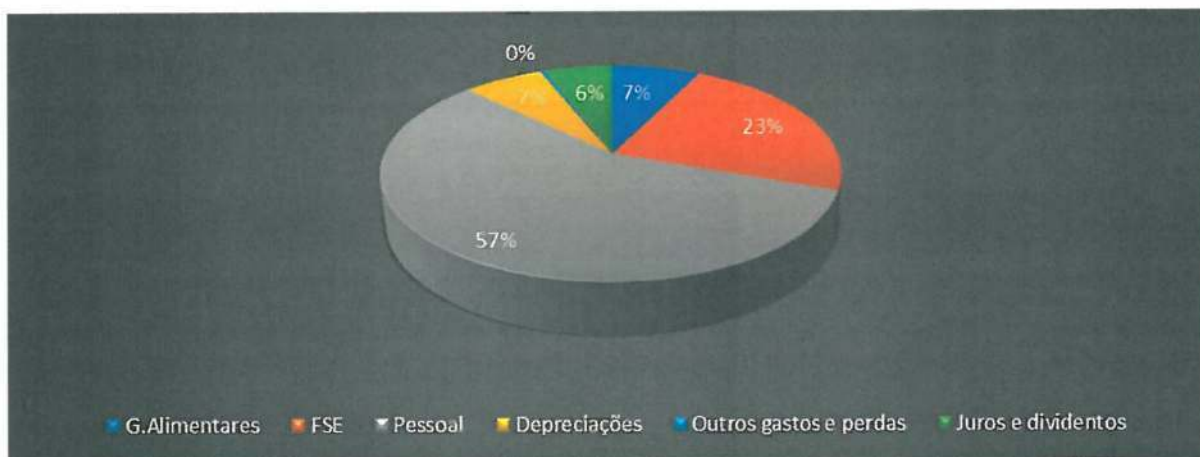


Gráfico n.º 3- Estrutura de gastos

1.9.4. Indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 55% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. Na tabela seguinte pode-se observar a evolução da relação entre gastos e rendimentos desde 2010.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Gastos com Pessoal / total rendimentos	68%	69%	71%	68%	56%	58%	53%	55%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	8%	9%	7%	9%	8%	7%	7%
FSE / total rendimentos	13%	13%	12%	16%	19%	21%	23%	22%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	62%	59%	58%	57%	60%	61%	67%	66%
Subsídios / Gastos com Pessoal	75%	82%	77%	85%	115%	109%	117%	112%
Mensalidades / gastos totais	43%	41%	41%	39%	34%	35%	37%	37%
Subsídios / gastos totais	52%	56%	55%	58%	66%	64%	65%	64%

Tabela n.º 10- Indicadores diversos

As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 66% dos gastos com o pessoal e apenas 37% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

1.10 Fornecedores

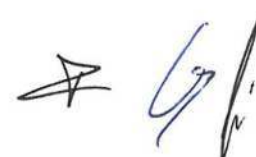
Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Foram renegociados um conjunto de contratos com diversos fornecedores. Porém, no fim de 2017, os preços do contrato de fornecimento de géneros alimentares sofreram um aumento, com efeitos em 2018.

1.11 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Ao Conselho de Fundadores e aos membros dos demais Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;
- Ao Novo Banco, Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.




Faro, 21 de março de 2018

A Administração


(Luís Coelho)


(Orlando Vargas)


(Nuno Carrilho)

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

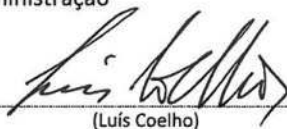
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2017

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6 590 942,01	6 765 133,05
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	5	3 981,82	5 312,45
Investimentos financeiros	5	7 955,15	5 110,24
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		6 602 878,98	6 775 555,74
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	10	48 788,00	46 646,92
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	10	14 003,54	15 203,90
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	10	138 343,90	138 126,43
Diferimentos	10	1 720,85	5 124,26
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	118 612,51	174 894,79
Subtotal		321 468,80	379 996,30
Total do activo		6 924 347,78	7 155 552,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	239 423,00	239 423,00
Excedentes técnicos			
Reservas	10	800 170,34	793 704,92
Resultados transitados	10	63 765,76	-59 077,24
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	1 127 743,72	1 153 262,88
Resultado Líquido do período	10	92 455,94	129 308,42
Total do fundo do capital		2 323 558,76	2 256 621,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	10	3 570 127,06	3 745 666,88
Outras contas a pagar	10	244 337,65	285 996,11
Subtotal		3 814 464,71	4 031 662,99
Passivo corrente			
Fornecedores	10	235 452,90	252 659,02
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	10	48 694,64	44 217,02
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	10	22 331,00	5 362,00
Diferimentos	10	147 027,65	176 433,19
Outras contas a pagar	10	332 818,12	388 595,84
Outros passivos financeiros			
Subtotal		786 324,31	867 267,07
Total do passivo		4 600 789,02	4 898 930,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 924 347,78	7 155 552,04

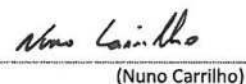
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	1 011 316,14	1 003 351,63
Subsídios, doações e legados à exploração	6	1 715 191,04	1 749 253,55
Ganhos/Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreend. Conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-198 421,09	-184 744,74
Fornecimentos e serviços externos		-625 424,85	-637 867,64
Gastos com o pessoal	10	-1 535 209,92	-1 496 149,96
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		65 779,83	60 314,35
Outros gastos e perdas		-9 866,03	-8 686,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		423 365,12	485 470,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-177 703,00	-194 007,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		245 662,12	291 463,10
Juros e rendimentos similares obtidos	6	50,71	520,76
Juros e gastos similares suportados	6	-153 256,89	-162 675,44
Resultados antes de impostos		92 455,94	129 308,42
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		92 455,94	129 308,42

A Administração


(Luís Coelho)


(Orlando Vargas)


(Nuno Carrilho)

A Contabilista Certificada


(Ana Martins)

3. PROPOSTA

O Conselho de Administração submete à aprovação do Conselho de Administração a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2017;
2. Que os resultados obtidos no montante de 92.455,94 euros tenham a seguinte aplicação:
 - a) A importância de 4.622,80 euros para Reserva Legal;
 - b) A importância de 87.833,14 euros para Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da Fundação e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2017, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 21 de março de 2018

A Administração


(Luís Coelho)


(Orlando Vargas)


(Nuno Carrilho)

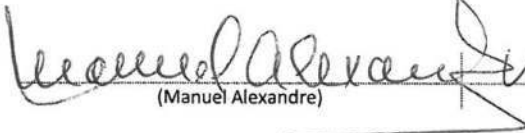
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL


Senhores membros do conselho de administração:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Administração o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e da Comissão Executiva todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2017.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 26 de março de 2018

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vítor Cunha)

5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela **Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.



PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 19 de Março de 2018


Daniel Jorge Gonçalves Vicente, R.O.C n.º 1041

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017, que evidencia um total de 6.924.348 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.323.559 euros, incluindo um resultado líquido de 92.456 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso



relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 19 de Março 2018


Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041